



**Fórum de
Pró-Reitores
de Extensão
das Instituições
Públicas de
Educação Superior
Brasileiras**



Open access  free available online

Revista Brasileira de Extensão Universitária

v. 10, n. 3, p. 159-166, set.-dez. 2019 e-ISSN 2358-0399

DOI: <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i3.10696>

Originals recebidos em 31 de janeiro de 2019

Aceito para publicação em 16 de outubro de 2019

NENHUM CIDADÃO A MENOS: DISCUTINDO A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

Brunna Louise Duarte Peixoto Reis da Silveira e Silva¹,
Miriam Struchiner², Tais Rabetti Giannella³, Paula Ramos⁴

Resumo: A educação inclusiva, no Brasil, vem ganhando espaço desde 1994 com a Declaração de Salamanca, que foi um marco na defesa da "escola para todos". Nesse modelo, acredita-se que não é o aluno com deficiência que deve se adaptar ao padrão de normalidade imposto pela sociedade/escola: a escola é que deve estar preparada e adaptada para acolher a diversidade de todos os alunos, independente de sua condição. Baseado no modelo social da deficiência e no conceito ampliado de saúde, este trabalho tem como objetivo analisar a utilização do jogo "Nenhum cidadão a menos", sobre as questões da educação inclusiva, com alunos do Ensino Fundamental. Este jogo foi realizado em uma escola pública, no Dia Mundial da Saúde, com alunos do ensino fundamental II (6^a ao 9^o ano) com o intuito de construir uma visão ampliada de saúde e diversidade. Trata-se de um jogo coletivo de tabuleiro, que simula uma trilha, por onde os grupos de alunos se movem (com o auxílio de um dado) e são levados a refletir acerca da temática inclusão. Ao jogar, os estudantes sem deficiência puderam experimentar diferentes situações que uma pessoa com deficiência enfrenta em seu cotidiano. O jogo obteve avaliação positiva por parte da escola e dos estudantes que participaram da atividade, estimulando a reflexão e a capacidade de se colocar no lugar do outro. Considera-se que a utilização deste jogo possibilitou, de forma lúdica e interativa, a sensibilização dos estudantes para a temática.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Jogos Educativos; Interação

Content shared under [Creative Commons Attribution 4.0 Licence](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) CC-BY

1 Terapeuta Ocupacional, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde – PPGECS do Núcleo de Tecnologia Educacional para Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Laboratório de Currículo e Ensino – LCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. brunnalouise.ufrj@gmail.com

2 Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde – PPGECS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Laboratório de Tecnologias Cognitivas.

3 Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde – PPGECS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Laboratório de Tecnologias Cognitivas.

4 Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde – PPGECS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Laboratório de Currículo e Ensino. paularamos.ufrj@gmail.com (autora para correspondência)

No Citizen Left Behind: discussing the inclusion of people with disabilities with students of elementary school at Rio de Janeiro

Abstract: In Brazil, inclusive education has been gaining recognition since 1994 with the Declaration of Salamanca, which was a milestone in defense of the "school for all" paradigm. According to this model, it is not the disabled student who should adapt to the usual standards imposed by the society/school; instead, it is the school that must be prepared and adapted to accommodate all students' differences, regardless of their conditions. Based on the social model of disability and the expanded concept of health, this paper aims to analyze the use of the game "No citizen left behind", to discuss inclusive education with elementary school students. This game was implemented in a public school during the World Health Day activities in order to contribute to building elementary students' expanded views of health and diversity. It is a collective board game that simulates a pathway, through which groups of students must move (with the aid of dice) and are led to reflect on the inclusion theme. As they played, non-disability students were able to experience different situations that people with disabilities face in their daily lives. The game was positively evaluated by the school staff and by the students who participated in the activities, as it has stimulated reflexion and the ability to put oneself in the other's shoes. We consider that the use of this game has contributed -playfully and interactively - for raising students' awareness of the theme.

Keywords: Inclusive education, educational games, interaction

Ningún Ciudadano a Menos: discutiendo la inclusión de la persona con discapacidad con alumnos de la enseñanza fundamental do Río de Janeiro

Resumen: En Brasil, la educación inclusiva ha ganado reconocimiento desde 1994 con la Declaración de Salamanca, que fue un hito en la defensa del paradigma de "escuela para todos". Según este modelo, no es el estudiante discapacitado quien debe adaptarse a los estándares habituales impuestos por la sociedad / escuela; en cambio, es la escuela la que debe estar preparada y adaptada para acomodar las diferencias de todos los estudiantes, independientemente de sus condiciones. Basado en el modelo social de discapacidad y el concepto ampliado de salud, este artículo tiene como objetivo analizar el uso del juego "Ningún ciudadano se quedó atrás", para discutir la educación inclusiva con estudiantes de primaria. Este juego se implementó en una escuela pública durante las actividades del Día Mundial de la Salud, con el fin de contribuir a la construcción de una visión ampliada de la salud y la diversidad de los estudiantes de primaria. Es un juego de mesa que simula un camino, a través del cual los grupos de estudiantes deben moverse (con la ayuda de dados) y se les lleva a reflexionar sobre el tema de la inclusión. Mientras jugaban, los estudiantes sin discapacidad pudieron experimentar diferentes situaciones que enfrentan las personas con discapacidad en su vida diaria. El juego fue evaluado positivamente por el personal de la escuela y por los estudiantes que participaron en las actividades, ya que ha estimulado la reflexión y la capacidad de ponerse en el lugar del otro. Consideramos que el uso de este juego ha contribuido, de forma lúdica e interactiva, a sensibilizar a los estudiantes sobre el tema.

Palabras-clave: Educación inclusiva, juegos educativos, interacción

Introdução

No campo da Educação, diferentes compreensões sobre deficiência vêm norteando, ao longo da história, diversas políticas, ações e reflexões, sobre como inserir as pessoas com deficiência no sistema de ensino. Considerando que, de acordo com dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde, em 2011, existiam 1 bilhão de pessoas no mundo com alguma deficiência (isto é, uma em cada sete pessoas), esse é um desafio que precisa ser enfrentado para garantir igualdade e justiça social. Atualmente, como fruto de movimentos e transformações sociais, o paradigma da Educação Inclusiva vem prevalecendo e

norteando discussões teóricas, documentos legais e ações no sentido de garantir o direito da pessoa com deficiência à Educação (MANTOAN, 2008; CAIADO, 2009).

Um importante marco para a educação inclusiva no Brasil se deu após a aceitação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos¹ e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994). Esses documentos alimentaram o avanço nas discussões e nas propostas de inclusão no mundo inteiro e têm como premissa

[...] a inserção na escola de pessoas com deficiência nos níveis pré-escolar, infantil, fundamental, médio e superior. Esse paradigma

é o da inclusão social – as escolas (tanto comum como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas etc. (SASSAKI, 1998, p.9)

Dessa forma, a educação inclusiva assume que não é a pessoa com deficiência que precisa atingir um padrão de normalidade para estar inserida na escola. Entende-se, pelo contrário, que o sistema educacional é o responsável por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e prover adaptações que ofereçam igualdade de condições para as pessoas com deficiência percorrerem suas trajetórias formativas (SANTOS, 2002). Os avanços teóricos e legais vêm acarretando transformações significativas no sistema educacional brasileiro. Dados do Censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, S. d.) indicam que vem ocorrendo um aumento significativo no número de pessoas com deficiência em salas de aulas comuns a cada ano. Entre 2005 e 2015, houve um aumento equivalente a 6,5 vezes do número de alunos com deficiência no sistema regular de ensino.

O acesso de pessoas com deficiência ao ensino regular é uma conquista importante, contudo, estudos apontam que o aumento do acesso não vem sendo acompanhado por outras ações que permitam a permanência e a aprendizagem de qualidade dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. Dentre os desafios apontados, destacam-se a falta de formação específica para os professores, a carência de atendimento educacional especializado, o preconceito e o estigma que geram isolamento e sofrimento às pessoas com deficiência, dentre outros (MANTOAN, 2008; TERRA e GOMES, 2013; GONÇALVES; MANTOVANI; MACALLI, 2016). Dessa forma, o acesso ao ensino regular não garante uma verdadeira inclusão do aluno com deficiência, acarretando o que Leite (2017) denomina “exclusão disfarçada”.

Para Ferreira (2009), um dos aspectos fundamentais para garantir efetivamente a educação inclusiva é enfrentar o desconhecimento e a discriminação da sociedade em relação à deficiência. Ao analisar o respeito aos direitos de crianças e jovens com deficiência em duas cidades nordestinas, Ferreira et al. (2002) identificaram que as situações de agressão verbal e de desrespeito são as principais formas de violação dos direitos desses alunos. O estigma associado à deficiência impõe às pessoas que vivenciam essa experiência uma situação de opressão e invisibilidade, o que acarreta profundos prejuízos emocionais e de aprendizagem (FERREIRA, 2009).

Como resultado do estigma, Denari (2006) aponta que dentre os sentimentos mais experienciados socialmente pelas pessoas com deficiência estão o medo, o desconforto e a piedade. Como possibilidade de superar o preconceito e desconhecimento relacionado a esse público, Vieira

(2006) considera que desenvolver a empatia em alunos sem deficiência é uma missão importante na busca da inclusão. Em seu estudo, o autor verificou que compreender a deficiência e os impedimentos que causa à pessoa é um passo fundamental para desenvolver nos alunos sem deficiência os sentimentos de tolerância, paciência e empatia.

Nesse sentido, tomando como desafio desenvolver o conhecimento e a empatia em relação à deficiência. Neste artigo, analisamos a experiência de realização do jogo de trilha “Nenhum cidadão a menos”, cujo objetivo foi trabalhar essas questões com alunos do ensino fundamental II de uma escola pública do Rio de Janeiro. Esse jogo foi desenvolvido pelas autoras, junto à equipe de pesquisa (docentes e discentes do grupo de estudos “Currículo e Formação de Professores em Ciência e Saúde”), e inclui desafios e informações que permitem que os jogadores vivenciem situações de impedimento corporal, colocando-se no lugar de pessoas com deficiência. Essa experiência foi realizada, em 2018, no contexto de um projeto de extensão que inclui a organização de diversas ações para marcar o Dia Mundial da Saúde nesta escola.

O modelo social da deficiência e educação inclusiva

Atualmente, com base no modelo social da deficiência, há um entendimento de que habitar um corpo com impedimentos (físicos, sensoriais ou intelectuais) é uma das muitas formas de estar no mundo (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). Esse debate desloca a compreensão biomédica da deficiência – que a considera uma desvantagem natural e tragédia pessoal (algo indesejável, que provoca transtorno e deve ser “consertado”) – para uma compreensão social entendendo que a deficiência não se restringe ao impedimento em si, mas à relação entre este impedimento e o meio social. Nessa perspectiva, não é o impedimento do corpo que define a deficiência, mas as barreiras sociais que causam opressão e experiência de desigualdade (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009; MARTINS et al., 2012; FRANÇA, 2014).

Nesse sentido, Kittay (1999) propõe o conceito de teoria da capacidade, em que argumenta que potencialmente todos os indivíduos, em alguma circunstância da vida, podem se tornar uma pessoa com deficiência, em situação de vulnerabilidade e dependência. Sendo assim, segundo a autora, apenas durante uma porcentagem pequena da vida não é necessário o cuidado de uma terceira pessoa, já que em certos momentos e condições - inclusive na terceira idade – há dependência de um cuidador para proporcionar autonomia e independência.

A deficiência, assim, é assumida como essencialmente uma questão de direitos humanos, em que se reivindica a garantia de igualdade entre as pessoas com e sem deficiência. Essa perspectiva, corroborada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, e ratificada pelo Brasil em 2008, vem ampliando o debate do tema deficiência, que deixa de ser encarado como questão individual da vida privada dos indivíduos

para se tornar uma questão de justiça (NUSSBAUM, 2013). Nessa convenção – que consistiu no primeiro tratado internacional de direitos humanos incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda constitucional – declarou-se que:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2010)

Assim, essa noção de deficiência desloca a desigualdade do corpo para as estruturas sociais (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). No campo das ciências sociais, os estudos sobre deficiência vieram tardiamente na esteira dos estudos de gênero, feminista e antirracistas, reivindicando que o corpo com impedimentos não assuma valor pejorativo. Ao invés disso, o corpo com impedimento é encarado como expressão neutra da diversidade humana (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). O ‘problema’, portanto, se localiza na sociedade e nas barreiras ambientais e atitudinais que se impõem a quem o vivencia (SASSAKI, 1999).

Com essa perspectiva, a educação inclusiva deve buscar contemplar e atender a todos os estudantes com deficiência, em suas diversidades, ou que em algum momento necessitem de cuidados especiais durante o processo de aprendizagem – estudantes com Necessidades Educativas Especiais – NEE². Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) já previa o direito de todas as crianças à educação, porém com a ideia de “escola para todos” houve uma ampliação do que seriam “todas” as crianças, incluindo também adolescentes, jovens e adultos.

Os jogos e o desenvolvimento da afetividade na educação

O lúdico constitui uma ferramenta potente para o processo de ensino-aprendizagem, na medida em que desperta o interesse, o imaginário e o prazer dos estudantes, promovendo maior disponibilidade para que o diálogo sobre os conceitos trabalhados seja mais bem explorados. Alguns estudos demonstram que a utilização de jogos no ambiente escolar pode favorecer o desenvolvimento cognitivo e proporcionar situações que promovam a aquisição de conhecimentos específicos em diferentes disciplinas e contextos (BRENELLI, 2001).

O uso de jogos pode contribuir para o desenvolvimento de diversificadas inteligências e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e formação cidadã. Uma das atividades lúdicas mais utilizadas são os jogos, porém, é importante salientar que o jogo não é, necessariamente

educativo, mas pode tornar-se, dependendo da forma como é trabalhado pelo professor para alcançar objetivos pedagógicos.

A educação inclusiva tem como principal norteador a possibilidade de incluir no sistema educacional todas as pessoas, considerando as mais variadas diversidades, sendo elas físicas, cognitivas, étnicas, culturais, intelectuais e outras. A escola é um local potente para se construir uma perspectiva inclusiva, onde é possível enaltecer a cultura da inclusão. Para fortalecer esses conceitos e práticas, os jogos podem ser utilizados como ferramentas para desenvolver a afetividade no ambiente educacional.

É incontestável que o afeto desempenha um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação; e conseqüentemente, perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência. A afetividade é uma condição necessária na constituição da inteligência, mas, na minha opinião, não é suficiente (PIAGET, 1962).

A afetividade é a capacidade de reação do ser humano de expressar emoções e afetos diante de estímulos, por meio da qual a realidade é percebida de acordo com as lentes de cada sujeito. Assim, cada pessoa desenvolve sua afetividade de acordo com os valores e experiências que adquire no decorrer da vida. Num espaço escolar onde a inclusão é trabalhada de diferentes formas, contribui-se para o desenvolvimento da reflexão crítica e da empatia sobre a temática. Consegue-se, dessa forma, proporcionar à comunidade escolar a vivência prática sobre o que é o universo das pessoas com deficiência, levando em consideração a realidade de vida diária, incluindo as dificuldades, as conquistas, as lutas e as necessidades.

Dessa forma, acreditamos que construir um material didático que trabalhe esses aspectos reflexivos de forma mais dinâmica, contribui para a sensibilização dos estudantes para o tema e para o desenvolvimento do ser humano em uma perspectiva social, criativa, afetiva, histórica e cultural (ALVEZ; BIANCHIN, 2010).

Metodologia

O jogo “Nenhum Cidadão a Menos” foi desenvolvido pelas autoras desse trabalho, junto ao grupo de pesquisa, no contexto de um projeto de extensão, cujo objetivo era desenvolver ações de educação em saúde, em parceria com a equipe de coordenadores e professores, em uma escola pública municipal do Rio de Janeiro. O jogo teve como objetivo discutir a questão da deficiência e da educação inclusiva com alunos do Ensino Fundamental, com base em uma visão ampliada de saúde (CZERESNIA; FREITAS, 2009) e um modelo social da deficiência (DINIZ, BARBOSA E SANTOS, 2009).

A escola parceira localiza-se em Vila Isabel (Rio de Janeiro), é voltada para estudantes do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e atende aproximadamente 600 alunos nos turnos da manhã e da tarde. Há seis alunos com deficiências – física e intelectual – na escola, em turmas regulares, frequentando o Atendimento Educacional

Especializado (AEE) no contra turno escolar. A coordenação e os professores se mostraram interessados no desenvolvimento de um trabalho específico relacionado à inclusão na escola. Nortearam o desenvolvimento do jogo os princípios da educação inclusiva e do modelo social da deficiência, buscando apresentar situações que permitissem aos alunos sem deficiência conhecer e vivenciar a deficiência em situações corriqueiras. O objetivo foi sensibilizar os alunos para que pudessem desenvolver a empatia, enxergando as pessoas com deficiências – assim como os impedimentos ocasionados pela deficiência – como uma das muitas formas de expressão da diversidade humana.

O Dia Mundial da Saúde ocorreu no mês abril de 2018. Neste dia, a escola suspendeu as aulas para que os alunos pudessem participar do evento, que contou com diversas atividades relacionadas ao tema saúde, organizadas por grupos de pesquisa de duas universidades públicas.

A realização do jogo foi mediada pelas autoras e por estudantes de graduação. Cada partida tinha duração, em média, de 20 minutos, e incluía quatro ou mais alunos. No total, participaram em torno de 50 alunos. Para coletar as percepções dos discentes acerca do jogo, utilizamos o celular para registrar (em áudio) falas dos grupos referentes a duas perguntas feitas ao término de cada partida, sendo elas: 1) O que vocês acharam do jogo?; 2) Como vocês se sentiram se colocando no lugar do outro? Com as perguntas, buscamos criar um espaço de diálogo e de discussão para que os estudantes pudessem refletir e associar as atividades propostas pelo jogo com o cotidiano escolar no qual estão inseridos e, também, para fomentar sua sensibilidade em relação a outros contextos sociais. Embora a análise dessas falas não seja o foco desse artigo, surgiram considerações dos participantes – aliadas às observações da equipe de desenvolvimento – que contribuíram para avaliarmos as regras propostas e possíveis adaptações para versões futuras.

O jogo “Nenhum Cidadão a Menos”

Refere-se a um jogo coletivo de tabuleiro (Figura 1), para ser posicionado no chão, que simula uma trilha. Em cada rodada, são necessários dois grupos - com no mínimo 4 pessoas em cada lado – que com o auxílio de um dado podem se mover pelas casas. Ao longo da trilha, algumas casas remetem a conquistas ou dificuldades sociais relacionadas à vida das pessoas com deficiência, o que orienta os grupos a voltarem ou avançarem na trilha. As cartas com conquistas apresentam situações legais ou práticas que representam avanços nas barreiras sociais às pessoas com deficiência (Figura 2). Como exemplo: “Você sabia que, em 2015, foi criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência? Essa lei é para assegurar e promover, em condições de igualdade, os direitos e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência para a sua inclusão social e cidadã. É uma conquista incrível! Avance duas casas!”

As cartas das dificuldades apresentam situações corriqueiras que ainda impõem barreiras ambientais ou atitudinais às pessoas com deficiência, como por exemplo: “Você é um cadeirante e precisa pegar um ônibus para a escola, mas o elevador está com defeito, você precisará esperar pelo próximo. Aguarde até a próxima jogada!”

Outras casas remetem a desafios – que estimulam os participantes a interagirem entre si, assumindo papéis, simulando e superando situações para promover a inclusão social da pessoa com deficiência. No tabuleiro (Figura 1), as casas de cor azul representam os desafios e as de cor amarela representam as conquistas e dificuldades.

As cartas das dificuldades apresentam situações corriqueiras que ainda impõem barreiras ambientais ou atitudinais às pessoas com deficiência, como por exemplo: “Você é um cadeirante e precisa pegar um ônibus para a escola, mas o elevador está com defeito, você precisará esperar pelo próximo. Aguarde até a próxima jogada!”



Figura 1: Tabuleiro do Jogo Nenhum Cidadão a Menos.



Figura 2: Cartas do jogo e imã distribuído aos alunos participantes.

Outras casas remetem a desafios – que estimulam os participantes a interagirem entre si, assumindo papéis, simulando e superando situações para promover a inclusão social da pessoa com deficiência. No tabuleiro (Figura 1), as casas de cor azul representam os desafios e as de cor amarela representam as conquistas e dificuldades.

As cartas dos desafios são numeradas de acordo com a casa correspondente; e as cartas das conquistas e das dificuldades são tiradas pelos jogadores aleatoriamente em cada rodada.

O jogo propõe quatro desafios que devem ser realizados pelos grupos, simultaneamente, a partir do momento em que o primeiro grupo passa pela respectiva casa azul. O tempo de realização de cada desafio é medido por meio de uma ampulheta. Nos desafios apresentados (Figura 3), um dos participantes deve assumir o papel da pessoa com deficiência e o outro de um parceiro, como no exemplo da seguinte carta: “entrou na escola um aluno novo que tem uma deficiência auditiva. Ele se comunica usando língua brasileira de sinais (LIBRAS) e leitura labial. Você quer conhecer melhor seu novo amigo, mas ainda não sabe a língua de sinais. Como você pode se comunicar com ele?”. Nesse exemplo, o aluno que representava o parceiro deveria pegar outra carta (que tinha uma mensagem) e passar a mensagem para o colega – que estava representando o aluno com deficiência auditiva – por meio de mímica e/ou leitura labial.

Esse momento era para ser em dupla, mas devido a animação e ansiedade do grupo, os demais colegas acabavam tentando ajudar de outras maneiras. O objetivo é que as duplas conseguissem superar o desafio no tempo estipulado.

As simulações dos desafios apresentaram situações corriqueiras do dia a dia dos alunos, levando-os a se colocarem no lugar de uma pessoa com deficiência. Antes de o jogo ser utilizado na escola, foi testado pelo grupo de pesquisa para verificar a dinâmica de funcionamento, o tempo de duração, a inteligibilidade das regras e a clareza do objetivo central.

Tecendo considerações: potencialidades e desafios do jogo “Nenhum cidadão a menos”

Os alunos participaram do jogo com bastante entusiasmo e, com frequência, os grupos se formavam para a rodada seguinte antes mesmo de acabar a partida em curso. Foi possível perceber bastante animação dos grupos para realizar os desafios dentro do tempo estipulado, demonstrando certo desapontamento quando não alcançavam este objetivo. Com base nas interações durante o jogo, foi possível observar que alguns alunos possuíam convívio com pessoas com deficiência, de modo que os desafios os lembraram conhecidos ou parentes com condições semelhantes. Alguns alunos, no início da atividade, diziam não entender sobre o tema, mas foram aos poucos fazendo associações e considerações sobre a dinâmica proposta. Outros alunos, mesmo não demonstrado convívio, sensibilizaram-se com as situações vivenciadas, apresentando comentários como “nunca imaginei que pudesse ser tão difícil”.

Observou-se que o jogo estimulou a capacidade de se colocar no lugar do outro – tanto da pessoa com deficiência quanto de um parceiro – para superar desafios que não fazem parte da vida das pessoas sem deficiência. Possibilitou, também, a colaboração entre os alunos e a sensibilização para questões relacionadas à inclusão. O jogo ofereceu a oportunidade de apresentar essa temática de forma lúdica e dinâmica e foi avaliado positivamente pelos alunos, como exemplificado na frase: “Foi muito divertido!! A gente se sentiu como se a gente fosse cego, pessoa com deficiência”.

Dessa forma, verificou-se que o jogo possui um potencial de trazer o debate sobre a deficiência e a inclusão, de forma prazerosa para o espaço escolar. Considerando que compreender a deficiência e os impedimentos que causa à pessoa é um passo fundamental para desenvolver sentimentos de reconhecimento, solidariedade e empatia (VIEIRA, 2006), verificamos um papel importante do jogo “Nenhum cidadão a menos”.



Figura 3. Desafio da leitura labial e mímica para estabelecer comunicação (Fotos: Autoras).

De forma geral, observou-se que o jogo constituiu uma ferramenta potente para incluir de forma lúdica o debate sobre o tema inclusão e deficiência. Contudo, identificamos algumas dificuldades na realização do jogo, que buscaremos aperfeiçoar em versões futuras, dentre as quais, destacamos: 1) a contagem do tempo e a disputa simultânea entre os dois grupos durante a execução dos desafios causou competição e pressa para cumprir o desafio antes do grupo “adversário”. Isto atrapalhou uma reflexão de maior qualidade em relação às situações propostas; 2) o ambiente disperso, com muitas atividades ocorrendo ao mesmo tempo e grande rotatividade de alunos, por ser um evento grande, promoveu certa ansiedade dos alunos em se movimentarem pelas propostas, com isso, não houve tempo para uma discussão maior durante o jogo; 3) carência de adaptações para a realização do jogo - observamos que é necessário pensar em adaptações para que pessoas com deficiência possam participar de maneira confortável, incluindo, por exemplo, a tradução do tabuleiro e das cartas em braile. Para contribuir com o aperfeiçoamento do jogo, pretendemos apresentá-lo a profissionais envolvidos com a questão da inclusão, com intuito de planejar estratégias para torná-lo mais adaptado e reflexivo.

Por fim, com a experiência realizada, consideramos que o uso de jogos nas práticas educativas pode desempenhar um papel importante como ferramenta complementar a aulas teóricas e tradicionais, proporcionando um olhar diferenciado para os conteúdos negligenciados pelos discentes, sendo uma alternativa a ser considerada quando se trata de abordagem de temas complexos, que exigem a construção de valores e sensibilização/abertura para se colocar no lugar do outro. Acreditamos que vivenciar a experiência de desenvolver uma atividade enfrentando impedimentos físicos ou sensoriais, é uma forma de desenvolver um olhar mais sensível e empático em relação às pessoas com deficiência.

Notas

1. Conforme UNICEF em: < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> >
2. Vale ressaltar que a nomenclatura “necessidades educativas especiais”, assim como todas anteriores, foi amplamente discutida e foi alvo de críticas por ser

considerada extremamente vaga. Bueno (1997) alerta que qualquer aluno, em algum momento da vida, pode apresentar necessidades educativas especiais. Com isso, essa nomenclatura não indica a especificidade desse grupo, correndo o risco de tornar difusas as suas pautas e demandas.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq e aos participantes, que contribuíram para a construção deste trabalho.

Contribuição de cada autor

As autoras B.L.D.P.R.S.S.; M.S.; T.R.G. e P.R. desenvolveram as análises e escreveram o texto final do artigo. A autora B.L.D.P.R.S.S. desenvolve seu trabalho de dissertação no projeto de pesquisa sobre Inclusão da Pessoa com Deficiência na educação em Ciências e saúde. P.R. atua como professora orientadora do jogo “Nenhum Cidadão a Menos”, desenvolvido como parte do Projeto de Pesquisa sobre inclusão da pessoa com deficiência na educação em ciências e saúde. As autoras M.S e T.R.G. atuam como coordenadoras do Projeto de Extensão “Promovendo a Extensão universitária na área das ciências e da saúde com o uso das tecnologias de informação e Comunicação” que inclui o jogo “Nenhum cidadão a menos” como uma das ações desenvolvidas na escola.

Referências

- ALVEZ, L; BIANCHIN, A. O jogo como recurso de aprendizagem. *Revista Psicopedagogia*, v. 27, n. 83, p. 282-287, 2010.
- BRASIL. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso em: 21 jan. 2019.
- BRENELLI, R. P. Espaço lúdico e diagnóstico em dificuldades de aprendizagens. In: SISTO, F. F.;

- BORUCHOVITCH, L. D. T.; FINI, R. P.; BRENELLI, S. C. M. (Orgs.). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 167-189.
- BUENO, J. G. S. Práticas institucionais e exclusão social da pessoa deficiente. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Educação especial em debate**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 37-54.
- CAIADO, K. R. M. Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência: destaques para o debate sobre a educação. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 35, 2009.
- CZERESNIA, D.; DE FREITAS, C. M. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/SciELO, 2009.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, 1948. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm >. Acesso em: 18 jan. 2019.
- DENARI, F. E. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 35-63.
- DINIZ, D.; BARBOSA, L. B.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009.
- FERREIRA, W. B. Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola. In: FAVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; BARREIROS, D. (Orgs.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília, DF: UNESCO, 2009. p. 25-53.
- FERREIRA, W. B. et al. **Crianças com deficiência e a Convenção dos Direitos da Criança: um instrumento de defesa**. [S.l.]: ONG Educação para Todos, 2002.
- FRANÇA, T. H. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, p. 105-123, 2014.
- GONÇALVES, T. G. G. L.; MANTOVANI, J. V.; MACALLI, A. C. Atendimento educacional especializado: reflexões da realidade de um município paulista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 1, p. 131-150, 2016.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar – resultados e resumos**. Brasília: MEC, S. d. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em 21 jan. 2019.
- KITTAY, E. **Love's labor: essays on women, equality, and dependency**. New York: Routledge, 1999.
- LEITE, M. M. **Educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. (Org.) Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- MARTINS, B. S.; FONTES, F.; HESPANHA, P.; BERG, A. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, p. 45-64, 2012.
- NUSSBAUM, M. C. **Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie**. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- PIAGET, J. **A Relação da afetividade com a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- SANTOS, J. B. A “dialética da exclusão/inclusão” na história da educação de ‘alunos com deficiência’. **Educação e Contemporaneidade**, v. 11, n. 17, p. 27-44, 2002.
- SASSAKI, R. K. Entrevista especial à Revista Integração. **Revista Integração** (Brasília), v. 8, n. 20, p. 9-17, 1998.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 3. edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - Brasil. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. 4. Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. < <http://cdhpf.org.br/wp-content/uploads/2016/12/convencaopessoascomdeficiencia.pdf> >
- TERRA, R. N.; GOMES, C. G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, p. 109-123, 2013.
- UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, 1990. Disponível em: < https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_po_r > Acesso em: 22 jan. 2019.
- VIEIRA, C. M. **Programa informativo sobre deficiência mental e inclusão: efeitos nas atitudes e concepções de crianças não-deficientes**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2006.

Como citar este artigo:

SILVEIRA E SILVA, B. L. D. P. R. da; STRUCHINER, M.; GIANNELLA, T. R.; RAMOS, P. Nenhum Cidadão a Menos: discutindo a inclusão da pessoa com deficiência com alunos do Ensino Fundamental de uma escola pública do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 3, p. 159-166, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10696/pdf> >